



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
27/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 18

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
27/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 18

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Fernando Manuel da Costa Esperança Pereira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:50 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho não esteve presente, tendo sido substituída pelo **Sr. Dr. Fernando Manuel da Costa Esperança Pereira**.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. REQ. N.º 1275/13 – PC N.º 258/13 – HOTEIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.
2. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE *“TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE E EMISSÃO DE CARTÕES TIPO PASSE, PARA O ANO LETIVO 2013/2014”*
3. UTILIZAÇÃO DOS RELVADOS NATURAIS DA ZONA DESPORTIVA – ÉPOCA 2013/2014

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**1 - REQ. N.º 1275/13 – PC N.º 258/13 – HOTEIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS
TURÍSTICOS, S.A.**

745 - Presente requerimento n.º 1275/13, datado de 2013/08/16, constante do processo camarário n.º 258/13, subscrito por HOTEIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A., NIPC N.º 500944814, com sede na Rua de Leiria, n.º 112-114, lugar de Embra, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, a solicitar o licenciamento para a realização da obra designada de “*Remodelação e Reclassificação do HOTEL VIEIRA PRAIA & SPA*”, composto atualmente por: Estabelecimento Hoteleiro “HOTEL CRISTAL VIEIRA PRAIA & SPA”; Conjunto Turístico - Resort “HOTEL CRISTAL PRAIA RESORT & SPA” e Recinto de Diversões Aquáticas “PARQUE AQUÁTICO MARIPARQUE”.

Presentes pareceres emitidos pelas seguintes entidades, que se transcrevem:

- Turismo de Portugal, I.P.

(...)

Verificando-se que a pretensão cumpre, na generalidade, os requisitos de natureza funcional aplicáveis a esta tipologia de empreendimento turístico e à classificação pretendida, ao abrigo do n.º 1 do art. 26.º do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 07/03, na redação em vigor, emito parecer favorável ao projeto de alterações apresentado, classifico, em projeto, o empreendimento como Hotel de 4, e fixo, também em projeto, a capacidade máxima de 191 camas fixas/utentes, distribuídas por 97 unidades de alojamento (94 quartos duplos, um dos quais adaptado a utentes de mobilidade condicionada, e 3 quartos individuais).*

(...)

- Delegado de Saúde Regional

(...)

Favorável Condicionado.

1. Desde que seja cumprido com rigor o exposto na memória descritiva, designadamente no que se refere a:

1.1 Proposta de intervenção nas unidades de utilização (piso -1, piso 0, piso 2, piso 3, piso 4 e piso 5);

1.2 Cumprimento dos requisitos para a classificação de 4 estrelas;

1.3 Sistemas construtivos e técnicas de construção, de acordo com as boas normas de construção em termos de isolamento térmico e acústico;

1.4 Plano de acessibilidades programado, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

2. Se cumpra (como previsto) o disposto no Anexo I da Portaria n.º 327/2008, de 28 de abril (estabelece os requisitos específicos da instalação, classificação e funcionamento dos empreendimentos turísticos e estabelecimentos hoteleiros) e artigos 11.º, 15.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 39/2008 de 07 de março, republicado em anexo pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de Setembro.

3. *Sejam aplicadas as disposições constantes do Regulamento (CE) n.º 853/2004 de 29 de abril do Parlamento Europeu e do Conselho (relativo à higiene dos géneros alimentícios), nomeadamente nas zonas de restauração previstas.*
4. *Se considere a necessidade do cumprimento da Diretiva CNQ 23/93 (Piscinas), devendo ser implementado um Programa de Controlo Analítico da Qualidade da Água das Piscinas (semi-pública ou tipo 2), abrangendo as Vertentes Tecnológica e Analítica (parâmetros microbiológicos e físico-químicos) com informação ao público utilizador, tendo em conta a definição da NP EN 15288-1:2008 do IPQ, conforme a Circular Informativa da Direção geral da Saúde n.º 31/DA, de 20/08/2009.*
5. *Seja assegurado o cumprimento das disposições legais aplicáveis, nomeadamente o decreto-Lei n.º 86/2012 de 30 de abril (que altera e republica o Decreto-Lei n.º 65/97 de 31 de março) e o Decreto Regulamentar n.º 5/97 de 31 de março, não pondo em causa a segurança dos utilizadores ou a saúde pública.*
6. *Se garanta a existência da ventilação, arejamento e iluminação adequadas em todos os compartimentos, garantindo a renovação de ar em espaços interiores.*
(...)”

Presentes pareceres técnicos emitidos pelos serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos e da Divisão de Ordenamento do Território, datados de 2013/08/19 e de 2013/08/20, respetivamente.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos datados de 2013/08/19 e 2013/08/20 que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal deliberou deferi-la, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação, dos projetos das especialidades aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, diploma que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, incluindo Estudo Geológico/Geotécnico do terreno onde se pretende executar os túneis subterrâneos de ligação entre os edifícios do empreendimento e as respetivas infraestruturas das Redes Pública/Privada de Abastecimento de Águas e de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais.
2. Apresentação, em igual período, de declaração emitida por FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO TURÍSTICO, GERIDO E ADMINISTRADO PELA SOCIEDADE F. TURISMO – SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO, S.A., enquanto titular do prédio inscrito na Conservatória do Registo Civil, Predial, Comercial e Automóveis de Marinha Grande sob o n.º 2904, autorizando a sociedade HOTEIS CRISTAL – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A., a promover o licenciamento da obra de remodelação e reclassificação da unidade hoteleira, de acordo com o projeto em referência.
3. Os projetos das especialidades a apresentar, deverão dar particular atenção às condições referidas no parecer interno emitido pelos serviços da **Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos da Câmara Municipal da Marinha Grande**, que se dá aqui por integralmente reproduzido e que se anexa à presente deliberação (**Anexo 1**).

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
27/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 18

4. Cumprimento dos condicionalismos referidos nos pareceres emitidos pelas entidades que se pronunciaram na fase do projeto de arquitetura, nomeadamente o **Turismo de Portugal, I.P.** e a **Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.** e que se dá aqui por integralmente reproduzido e que se anexa à presente deliberação (**Anexos 2 e 3**).

5. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao melhoramento da envolvente direta ao empreendimento em causa, nomeadamente ao nível da faixa destinada a estacionamento/passeio públicos, na zona do prédio confinante a Poente com a Avenida Marginal, decorrente da alteração proposta para o acesso aos pisos inferiores da unidade hoteleira existente, contemplando o aumento do número de lugares de estacionamento em espaço público, salvaguardando ainda a realocação da iluminação pública existente.

6. Compete ao requerente executar todos os trabalhos de remodelação das redes públicas de saneamento doméstico e pluvial, resultante das alterações das redes públicas existentes na propriedade, a aprovar em sede de especialidades.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE “TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE E EMISSÃO DE CARTÕES TIPO PASSE, PARA O ANO LETIVO 2013/2014”

746 - Na reunião da Câmara Municipal da Marinha Grande de 14/08/2013, foi deliberado conceder parecer favorável à contratação de serviços de *“Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe, para o ano letivo 2013/2014”* pelo preço base de 41.067,00 euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, atenta informação n.º 1/1804/2013 e RI n.º 12660 da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento.

Na sequência da deliberação tomada foi despoletado o Processo de Aquisição n.º 48/2013-AP/DCD, tendo sido iniciado um procedimento por ajuste direto, com convite à empresa Rodoviária do Tejo S.A., nos termos do artigo 24º, n.º 1, alínea e) do Código dos Contratos Públicos, atenta a exclusividade que esta empresa detém nos circuitos utilizados pelos alunos do concelho da Marinha Grande, dado que esta é entidade concessionária deste serviço público, conforme comunicação da Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Centro, datada de 09/08/2013, em anexo.

Considerando que despoletado o Processo de Aquisição n.º 48/2013-AP/DCD, na plataforma da Construlink, se constata que o mesmo ficou deserto pela não apresentação de proposta por parte do único concessionário para os circuitos objeto do contrato a celebrar, Rodoviária do Tejo, S.A.

Considerando que o Município da Marinha Grande teve conhecimento, através da Rodoviária do Tejo, S.A., da comunicação do Exm.º Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, datada de 28/02/2013, em anexo, dirigida à Associação Nacional de Transportes Rodoviários de Pesados e Passageiros, em que no ponto n.º 4 da mesma, menciona não ser intenção do legislador a aplicação de redução remuneratória à aquisição de passes ou bilhetes, por os valores dos mesmos serem fixados nos termos do despacho normativo n.º 24-B/2012 de 14 de dezembro e despacho n.º 16518/2012 do IMTT e que por esse motivo estes não estão sujeitos ao mercado.

Considerando que no ano transacto foram solicitados por esta autarquia esclarecimentos ao Exmo Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e ao IMTT atenta a existência de dúvidas na aplicação da redução remuneratória ao contrato que se pretendia celebrar relativo ao *“Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe para o ano letivo 2012/2013”* com a entidade Rodoviária do Tejo, S.A.

Considerando que não se logrou a obtenção de qualquer resposta pelas referidas entidades até à presente data às questões colocadas.

Considerando que as atividades escolares se iniciam no próximo dia 16 do mês de setembro e que o específico interesse público subjacente é claramente superior ao interesse público inerente ao cumprimento das leis em vigor.

Considerando que não é possível adotar qualquer outra diligência que não seja a de aceitar as condições que o único operador licenciado entende propor.

Face ao exposto e considerando que:

A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de Dezembro.

Se verifica, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Nos termos do n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;

- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

A informação n.º I/1804/2013 e requisição interna n.º 12660, do serviço da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratação de serviços de *“Transportes escolares para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe, para o ano letivo de 2013/2014”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O preço base a aplicar é de 45.905,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 6%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar, sendo que a este não se aplicou a redução remuneratória preceituada no n.º 1 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, atento o exposto na comunicação do Exm.º Senhor Secretário de Estado da Administração Pública, datada de 28/02/2013, em anexo, dirigida à Associação Nacional de Transportes Rodoviários de Pesados e Passageiros.

O procedimento a adoptar é o ajuste directo nos termos do artigo 24, n.º 1, alínea e) do Código dos Contratos Públicos, atenta a exclusividade da empresa Rodoviária do Tejo S.A. nos circuitos utilizados pelos alunos do concelho da Marinha Grande, sendo esta a empresa concessionária deste serviço público, conforme comunicação da Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Centro, datada de 09/08/2013, em anexo.

O início do ano lectivo é a 16 de setembro de 2013 e que importa garantir o transporte escolar dos alunos do concelho da Marinha Grande.

Seriam irreparáveis os prejuízos para o interesse público decorrentes da ausência dos transportes escolares em causa, designadamente no que respeita à impossibilidade de os alunos comparecerem às aulas com as inerentes consequências legais, assim como no que respeita à organização da vida familiar e ao seu sucesso escolar, tão importante e relevante para a criação de condições com vista ao reforço da produtividade dos futuros trabalhadores.

Não é possível recorrer a outro operador económico e não é viável, nem legalmente possível a prestação direta do serviço por parte desta autarquia, tendo em conta as regras legais que presidem ao acesso a este segmento da atividade de transporte urbano de passageiros.

A presente autorização, nos seus estritos termos, se destina unicamente a viabilizar o início normal do ano letivo, pelo que não pressupõe a aceitação, expressa ou tácita, do entendimento do concessionário em causa.

A presente deliberação é tomada, numa situação de estado de necessidade (artigo 3.º, n.º 2, do Código do Procedimento Administrativo), na medida em que os serviços em causa não podem ser executados por outra entidade – em face do direito de exclusivo detido pela empresa Rodoviária do Tejo, SA – nem podem deixar de ser prestados por implicarem a impossibilidade de os alunos abrangidos frequentarem as escolas em que estão inscritos. Para o efeito concorre o perigo iminente e atual dos alunos ficarem sem transporte para frequentarem as aulas do ensino obrigatório; estar em causa um interesse público essencial na área da ação social escolar, que tanto se agudiza na grave situação social e económica que o país atravessa e que supera o interesse público subjacente ao cumprimento da norma legal em apreço; a situação decorre da condicionalidade excecional emergente da assistência financeira internacional que não se pode coadunar com a interrupção de serviços públicos essenciais e inerentes à realização de normas constitucionais; que a situação não foi, direta ou indiretamente, provocada por esta autarquia (que lançou um procedimento que ficou deserto); e que só é contornável pela não aplicação do segmento da regra estabelecida, pelo menos até ao momento que se dilucide definitivamente a controvérsia.

Em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

O objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de *“Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe, para o ano letivo 2013/2014”*, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa e Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção da despesa relativa ao *“TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS NO ANO LECTIVO 2013/2014”* nas classificações orgânica/económica 06/020210 e 06/020225, ação do PAM 2013/A/37 e que foram emitidas as propostas de cabimento n.º 2365/2013 e 2366/2013 no valor de 10.352,33€ e 9.560,26€, para os períodos de Set-Out/2013 e Nov-Dez/2013, respectivamente

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
27/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 18

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação de serviços de *“Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe, para o ano letivo 2013/2014”*.

A alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

A Assembleia Municipal, na sua sessão 28/12/2012, deliberou conceder autorização prévia genérica favorável à Câmara Municipal para a assunção de compromissos plurianuais em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de serviços de *“Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe, para o ano letivo 2013/2014”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - UTILIZAÇÃO DOS RELVADOS NATURAIS DA ZONA DESPORTIVA – ÉPOCA 2013/2014

Relativamente a este ponto registaram-se as seguintes intervenções:

Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira – considera que se trata de uma situação de gestão corrente da Câmara e que não tem que vir à reunião. Contudo, se a Câmara assim o entender, tem que o Presidente apresentar uma proposta para que seja posta à votação, pois se não houver uma proposta de deliberação não aceita discutir o assunto na reunião de Câmara. Referiu que lhe desagrada a disputa entre os clubes e também lhe desagradou a convocação da reunião do dia 15 de agosto e a forma como ela decorreu, considerando que a reunião foi torpedeada desde o início. Não gostou de saber que tinha havido um acordo da Câmara com os Vidreiros para utilizar o sintético e depois a Câmara ter-lhes pedido para cederem essa utilização ao ACM. Na sua opinião urge rever o regulamento de utilização do Estádio.

Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho – disse que não se pronuncia porque esteve ausente da reunião, mas não concorda que se utilize o argumento da oposição para convocar uma reunião.

Sr. Vereador Dr. Fernando Esperança – concorda com a posição defendida pelo Dr. Vítor Pereira.

Sr. Vereador Dr. António Santos – parece-lhe que houve alguma precipitação do executivo para convocar este tipo de reunião.

Sr.^a Vereadora Dr.^a Cidália Ferreira – referiu que não percebe porque o Dr. Vítor Pereira diz que a reunião foi torpedeada desde o início.

Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira – explicou, dizendo que quando se colocou a hipótese de ouvir os clubes não lhe foi dado caráter de urgência. Aquilo que foi transmitido aos clubes foi que a oposição tinha urgência em ouvi-los, tendo sido convocada uma reunião com urgência para o dia seguinte ao da reunião de Câmara.

Sr.^a Vereadora Dr.^a Cidália Ferreira – referiu que a Câmara fez a atribuição dos espaços, mediante as normas em prática, e decorrente desta atribuição o Dr. António Santos levantou a questão de não ser atribuído mais tempo ao ACM para utilização dos relvados naturais. Os Vereadores da CDU também levantaram a questão, tendo-lhes sido fornecidos pela Vereadora do pelouro todos os elementos que possuía e o resultado do que tinha acontecido numa reunião anterior realizada com os clubes. Então os Vereadores da CDU disseram que também gostariam de ouvir os clubes e foi proposto que a reunião fosse para a 6.^a feira, dia 16 de agosto. A CDU tinha disponibilidade, o Dr. António Santos não podia nesse dia, tinha uma consulta médica, e depois entrava de férias, impedindo que a reunião se realizasse na semana seguinte. Deste modo todos acordaram em fazê-la na 5.^a feira, dia 15 de agosto, feriado, pelo que pediu a um funcionário para contactar os clubes nesse sentido. Toda a confusão que se possa ter gerado em torno desta questão não é da responsabilidade do executivo. Não trouxe proposta de deliberação porque entendeu dar a palavra a todos os Vereadores, para que fosse o mais consensual possível e não condicionar a votação de uma proposta já feita. Quis apenas dar a palavra e colher a opinião de todos.

Sr. Vereador Dr. Fernando Esperança – a situação decorreu como foi descrita pela Sr.^a Vereadora, uma vez que os Vereadores da CDU se mostraram impotentes para emitir uma opinião sem ouvir os clubes. O que achou francamente estranho foi o estado de espírito com que alguns clubes aqui se apresentaram, nomeadamente os Vidreiros. Sentiu-se quase como “culpado” de estar a incomodar os clubes, gerando-se uma situação muito desagradável e agressiva para com a oposição.

Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho – questionou qual a necessidade que a Câmara tem, através seja de quem for, de dizer às entidades que está a convocar uma reunião por exigência da oposição. A questão essencial é o problema dos clubes, mas aquilo que estamos aqui a analisar é a forma, deliberada ou não, de como é estabelecido o contacto com essas entidades, partidarizando-se a questão. Parece-lhe que há aqui uma falha qualquer.

Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira – referiu que a Câmara tinha feito recentemente uma reunião com os clubes para resolver a questão e estava resolvida. Quando é levantada na reunião de Câmara pelo Dr. António Santos transmitiu toda a informação que possuía e o porquê da forma como as coisas se resolveram. Como foram pedidas mais informações pelos Vereadores da CDU, manifestando a vontade de ouvir também os clubes, convocou-se a reunião, dentro das datas possíveis. Esta reunião do dia 15 de agosto foi praticamente a repetição da que já tinha sido feita anteriormente.

Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho – disse que não tem a ver com a convocatória, mas admite que quem a convocou tenha ouvido que foi a pedido da oposição. Ele próprio foi apanhado de surpresa, uma vez que não esteve presente na reunião em que foi marcada a reunião com os clubes.

Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira – disse que aquilo que contou é a verdade.

Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho – referiu que aqui há duas verdades, e que a verdade da Vereadora levou ao que se passou. O que discute é a forma errada como as coisas foram feitas, atirando-se o ónus da incomodidade para a oposição.

Sr. Vereador Dr. António Santos – entende que houve aqui um problema, que foi a forma como a reunião foi convocada e a mensagem foi transmitida, daí a crispação dos clubes para com a oposição.

Sr. Vereador Dr. Fernando Esperança – sentiu-se incomodado, pois a oposição foi violentamente atacada devido a uma forma incorreta de convocação da reunião.

Sr. Presidente – entende que a culpa é de todos os que concordaram em marcar uma reunião de uma 4.ª feira para 5.ª feira, feriado, e depois ter sido convocada como foi, daí estarem lançados todos os dados para se gerar a confusão com os clubes. Ele próprio foi apanhado de surpresa, uma vez que teve de sair mais cedo da reunião de Câmara e já não estava presente na altura em que foi marcada a reunião com os clubes.

Sr. Vereador Dr. Fernando Esperança – concorda com a posição do Dr. Vítor Pereira, e entende que deve ser apresentada uma proposta.

Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira – referiu que se os Vereadores não querem dar opinião para se formular uma proposta, e têm todo o direito de não querer, então não faz sentido aprovar uma deliberação, e assim continuamos a fazer como se tem feito até aqui.

Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira – só expressa as suas opiniões se houver uma proposta do executivo, que votará.

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
27/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 18

Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira – apresentou os mapas resultantes da prática de utilização dos últimos anos e elaborados em conformidade com as normas existentes, que foram consultados pelos Srs. Vereadores.

Sr. Vereador Dr. Fernando Esperança – referiu que se abstém de emitir opinião.

Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho – referiu que também se abstém de emitir opinião.

Sr. Vereador Dr. António Santos – considera a questão complexa e não se sente completamente esclarecido, pelo que se abstém de emitir opinião.

Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira – continua a considerar que a questão resulta de não se ter alterado o Regulamento.

Conclusões:

Estiveram presentes os mapas de utilização dos relvados naturais do Estádio Municipal. Auscultados os Srs. Vereadores sobre os mesmos, estes não quiseram emitir opinião.

Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho – referiu que se está a ser aplicado o Regulamento em vigor então nada pode objetar.

Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira – informou que a norma de utilização dos relvados aprovada em 2005 é a que está a ser aplicada.

Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho – referiu que se o executivo entender necessário alterar essa norma então que traga uma proposta para ser votada. De seguida saiu da reunião, não tendo regressado, por não concordar com a utilização da expressão de que os Vereadores da oposição não quiseram emitir opinião.

Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira – entende que apenas deve ficar registado que tomou conhecimento da proposta apresentada.

O Sr. Vereador Paulo Vicente pretende que fique registado o seguinte:

“Tomei conhecimento do mapa de utilização dos relvados naturais pelos clubes, presente na reunião, que reflete a prática continuada de anos anteriores, utilização diferente não obteve acordo dos clubes envolvidos manifestada em reunião com todo o executivo da Câmara efetuada para o efeito no dia 15 de agosto.”

Os Srs. Vereadores da CDU pretendem que fique registado o seguinte:

“Presentes os mapas de utilização dos relvados naturais pelos clubes. Tomámos conhecimento.”

Reunião extraordinária da
Câmara Municipal da Marinha
Grande realizada no dia
27/08/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 18

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Cidália Ferreira pretende que fique registado o seguinte:

“Trouxe os mapas em branco, sem qualquer distribuição de utilização, para que no seguimento da reunião com os clubes realizada no passado dia 15 de agosto, se pudesse consensualmente fazer uma distribuição por proposta de todo o executivo.”

O Sr. Vereador Paulo Vicente e o Sr. Presidente subscreveram esta posição.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

747 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 12:25 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião